

PRESENÇA JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ: O PROCESSO DE ESTABELECIMENTO DO COLÉGIO JESUÍTICO (1708-1759).

*Meiri Cristina Falcioni Malvezzi**

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. *Presença jesuítica na Vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico (1708-1759)*. Maringá: EDUEM, 2011. 125 p.

Palavras-chave: História da Educação Brasileira; Período Colonial; Colégio dos Padres Jesuítas em Paranaguá.

Os estudos sobre a atuação pedagógica dos padres da Companhia de Jesus no Brasil Colonial ganham um novo impulso com a contribuição da pesquisadora Vanessa Campos Mariano Ruckstadter e seu livro *Presença jesuítica na Vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico (1708-1759)*. A obra apresenta e analisa documentos inéditos a respeito da fundação do Colégio Jesuítico na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, no ano de 1755. Publicado pela EDUEM, o livro foi inicialmente uma dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação do professor Doutor César de Alencar Arnaut de Toledo. A autora participa do Grupo de Pesquisa sobre

* Possui graduação em Pedagogia (2010) e Mestrado em Educação (2012), pela Universidade Estadual de Maringá. Doutoranda em Educação pela mesma Instituição (2015-2018). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Brasileira, História da Educação, Legislação Educacional. Exerce a função de Pedagoga na Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS/PR).

Política, Religião e Educação nos Tempos Modernos, no qual desenvolve a linha de pesquisa *Os jesuítas e a formação da cultura brasileira*. Ela é licenciada em História pela Universidade Estadual de Maringá e atualmente é professora no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina.

A escassez de fontes e o fato de o Colégio jesuítico de Paranaguá ser o menos citado na historiografia, se comparado aos demais colégios jesuíticos, levaram a autora a uma exaustiva pesquisa sobre a história do estabelecimento deste colégio em um território que pertencia à Capitania e depois Província de São Paulo, até dezembro de 1853, e que atualmente pertence ao Estado do Paraná.

A obra está organizada em três capítulos, nos quais dois questionamentos centrais perpassam as discussões: “O primeiro deles é o motivo que teria levado os moradores da Vila de Paranaguá a reivindicarem a fundação de um colégio jesuítico na região [...]. A segunda indagação é ligada ao longo processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico de Paranaguá” (p. 20).

No primeiro capítulo, intitulado *Fontes e Pesquisas para o estudo da presença jesuítica na Vila de Paranaguá*, a autora fala da busca de fontes primárias, bem como do processo de seleção de manuais de História da Educação, História do Brasil e História do Paraná para a realização da pesquisa. A constatação de que existe uma lacuna na historiografia referente à presença dos padres da Companhia de Jesus em Paranaguá direcionou a pesquisa para a utilização, principalmente, de fontes primárias.

Após uma exaustiva busca de fontes em arquivos do Brasil e de Portugal, pelas bases de dados disponíveis na rede mundial de computadores, foram encontrados importantes documentos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. O resultado da seleção de material, priorizando fontes primárias, está registrado nos anexos, nos quais constam fotos de documentos referentes à Câmara de Paranaguá, datados de meados dos séculos XVII e XVIII.

De posse desses documentos, as análises foram desenvolvidas com base no reconhecimento de que “[...] o documento é sempre portador de um discurso. Sempre envolto em uma carga ideológica” (p. 21). Partindo desse pressuposto, a autora afirma que a análise do Colégio de Paranaguá deve ser inserida numa ampla rede

de relações políticas e econômicas para que se possa explicar os fatos e documentos referentes a ele.

A atuação da Companhia de Jesus no Brasil é o título do segundo capítulo do livro. Foi feito um recuo para contextualizar a fundação, em 1539, da Companhia de Jesus e a atuação dos padres jesuítas nos colégios por eles fundados na Europa e, mais especificamente, no Brasil Colonial. O livro discute a característica missionária da Ordem religiosa, desde a chegada dos primeiros padres no ano de 1549, como forte aliada da Coroa Portuguesa “[...] em torno de objetivos comuns: colonizar as novas terras, levando aos nativos a ‘civilização’ europeia, seus costumes e seu Deus” (p. 51). A contraposição entre aculturação e dominação dos índios brasileiros é analisada para além do contexto religioso, passando pela perspectiva econômica da expansão do capitalismo comercial no Novo Mundo.

A autora aponta algumas características que diferem as casas jesuíticas dos colégios e seminários jesuíticos implantados no Brasil, no que se referem aos objetivos desses estabelecimentos. Diferentemente das casas jesuíticas e dos seminários, cujos objetivos eram, no primeiro caso, o ensino das primeiras letras aos índios e a catequese, e no segundo, a instrução daqueles que tinham interesse na vida eclesiástica, os colégios jesuíticos tinham como objetivo atender aos filhos dos colonos. Outra característica dos colégios diz respeito ao caráter econômico. A fundação de um colégio jesuítico só era permitida pela Coroa Portuguesa se “[...] pudesse se manter com posses próprias” (p. 55).

Sobre a administração dos bens dos padres jesuítas, no capítulo intitulado *A atuação jesuítica na Vila de Paranaguá*, a autora apresenta documentos, alguns inéditos, que possibilitam uma análise da atuação dos padres inacianos não somente como missionários, mas também como zelosos homens de negócios. Ela destaca que a importância política, econômica e cultural da Vila de Paranaguá, durante o período Colonial, devido à localização estratégica para o governo português, foi determinante para a fundação de um colégio jesuítico na Vila. A presença dos padres jesuítas na região, no período entre 1708 a 1759, supria a necessidade dos moradores, a maioria analfabetos, de acesso à “[...] cultura letrada pelo argumento da necessidade da religião e dos sacramentos” (p. 78).

O recorte estabelecido para a discussão sobre a atuação dos padres jesuítas na Vila de Paranaguá, entre os anos de 1708 e 1759, não provocou um engessamento na busca e na seleção das fontes consultadas. A autora apresenta, como primeira iniciativa das autoridades locais para a fundação do Colégio Jesuítico, uma carta da Câmara de Paranaguá, endereçada ao Padre Geral da Companhia, do ano de 1682, solicitando a instalação de uma Casa Jesuítica na Vila. O pedido foi reiterado, por meio de outra carta, no ano de 1685, mas, não foi atendido por Roma, devido à “[...] falta de recursos financeiros e garantias de subsistência para os padres jesuítas” (p. 79). A autora aponta que, nos anos de 1707 e 1708, a questão foi resolvida pelos moradores da Vila, bem como pela Câmara Municipal, que doaram, entre outros bens, metade de uma ilha, cabeças de gado, terras para a implantação de um colégio jesuítico e “[...] bens materiais para o funcionamento de uma fazenda a fim de sustentar o Colégio em Paranaguá” (p. 80). No ano de 1708, foi estabelecida uma Casa jesuítica em Paranaguá, instituindo-se também um Seminário na Vila, a fim de formar padres para a Ordem.

Desde a instalação da Casa até a fundação do Colégio “[...] um longo e lento processo burocrático ocorreu” (p. 82). Para a análise desse processo, a autora se debruçou sobre os documentos contidos na obra clássica de Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, e nos documentos encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esses documentos revelam um conflito que se instaurou entre a Câmara de Paranaguá e os padres jesuítas, decorrente das doações recebidas para a instalação da Casa Jesuítica e, posteriormente do Colégio. Entre os documentos analisados pela autora estão uma *Representação da Câmara de Paranaguá*, escrita no ano de 1722, solicitando ao Rei de Portugal a permissão para o funcionamento do Colégio, e outra *Representação da Câmara de Paranaguá*, datada de 1743, acusando os padres de terem avançado para além das terras doadas para a construção do Colégio. Contudo, o Colégio foi fundado no ano de 1755.

Na análise da pesquisadora, a duração de quase meio século para o trâmite do processo que pretendia estabelecer o Colégio em Paranaguá pode ser justificada pelo “[...] próprio sistema burocrático português implantado na Colônia” (p. 106). Se, por um lado, a presença desses missionários representava prestígio à Vila, por outro,

as autoridades temiam que a Ordem religiosa enriquecesse com as doações recebidas para a fundação do Colégio. O enriquecimento dos padres jesuítas é um dos fatores que contribuiu para a expulsão da Ordem das terras portuguesas em 1759.

Desde 1972, o prédio que fora o antigo Colégio Jesuítico em Paranaguá passou a fazer parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nele funciona o Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade Federal do Paraná, dividido em dois setores: o Setor de Arqueologia e o Setor de Artesanato. A autora destaca que “[...] não há no museu referência à atuação dos padres jesuítas, bem como não há documentos referentes ao colégio. A referência feita em visitas ao museu se restringe ao fato dele ter sido um Colégio Jesuítico” (p. 73).

Ao concluir pela importância que se reveste a obra *Presença jesuítica na Vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico (1708-1759)*, fica evidenciado que o estudo sobre a atuação pedagógica dos padres da Companhia de Jesus não está esgotado. Algumas considerações devem ser feitas quanto à escassez de estudos sobre a atuação dos jesuítas em Paranaguá, mais especificamente sobre a fundação e o funcionamento do colégio. O fato do Colégio Jesuítico de Paranaguá ter existido por um período curto (1755-1759), muitas vezes, é apresentado como justificativa para a lacuna existente sobre essa temática nos manuais de História do Brasil, bem como nos manuais de História do Paraná. Outra justificativa diz respeito à ausência de fontes disponíveis no Estado do Paraná, sobretudo no Arquivo do Estado do Paraná e no Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, fator que dificulta e desestimula a pesquisa sobre a história da educação regional.

Contudo, esses fatores não foram suficientes para conter o anseio de Vanessa Campos Mariano Ruckstadter para descobrir novas fontes e responder aos questionamentos que a motivaram durante a pesquisa. O resultado do trabalho de pesquisa sobre a fundação do Colégio Jesuítico de Paranaguá aponta novas possibilidades de discussões. Novas fontes podem ser encontradas e novos trabalhos podem ser realizados, diminuindo, assim, a lacuna na historiografia referente à presença dos padres da Companhia de Jesus em Paranaguá, bem como sobre a atuação desses educadores no âmbito

educacional em geral. O texto tem uma linguagem objetiva e acessível e é recomendado aos pesquisadores interessados no tema.

RECEBIDA EM: 17/10/2015

APROVADA EM: 16/02/2015